

CORONELISMO E NEOCORONELISMO, UMA REVISÃO

MAURO LOPES DE AZEVEDO¹

RESUMO

Este trabalho analisou os conceitos de coronelismo, clientelismo, patronagem, mandonismo, neocoronelismo e clientelismo urbano, através de textos e obras de diversos autores inseridos no contexto das Ciências Sociais, sob a ótica da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia, com o objetivo de identificar a manutenção daquelas práticas, que, embora oriundas do meio rural, no espaço urbano, a partir do processo de industrialização vivenciado pelo país e os desdobramentos políticos e econômicos decorrentes da modernização conservadora que ocasionou tal processo de urbanização, sem que a população pudesse exercer sua cidadania de forma coerente e autônoma, mantendo-se o grau de dependência, desta feita efetivada por novos agentes, que realizam a ponte entre os políticos e a população vinculadas às relações de poder estabelecidas em suas diversas matizes e à ocupação dos territórios. Tal dominação, como construção histórica e social brasileira, não se limita aos aspectos do exercício da política, lançando mão da coerção, da repressão e da violência como forma de exercer o controle social para evitar qualquer tentativa de emancipação das populações menos favorecidas. Partindo dessas análises mais conceituais, o texto buscou também identificar as práticas do coronelismo e do neocoronelismo no bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, associando, através de pesquisa histórica, às práticas político-eleitorais exercidas pelo médico Augusto de Vasconcelos durante o período da República Velha e alguns políticos tradicionais que o sucederam ao longo da história política do bairro com as práticas atuais, com seus chefes políticos e “donos do poder” local.

Palavras-chave: Coronelismo; neocoronelismo; clientelismo urbano, modernização conservadora; relações de poder;

ABSTRACT

This paper analyzed the concepts of coronelismo, clientelism, patronage, and despotism neocoronelismo and urban clientelism through texts and works of various authors within the context of Social Sciences, from the perspective of Anthropology, Political Science and Sociology, with the aim of identifying the maintenance those practices which, although coming from the rural areas, in urban areas, from the industrialization process experienced by the country and the political and economic consequences arising from the conservative modernization that caused such urbanization process, without which the population could exercise their citizenship coherent and autonomous way, keeping the degree of dependence, this time effected by new agents that perform a bridge between politicians and the people linked to power relations established in its various hues and occupation of the territories. Such domination and Brazilian social and historical construction, not limited to the aspects of political life, making use of coercion, repression and violence as a way of exerting social control to prevent any attempt at empowerment of disadvantaged populations. From these more conceptual analysis, the text also sought to identify practices coronelismo and

¹ Mestre em Ciências Sociais/UFRRJ, professor da FEUC e da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

neocoronelismo the neighborhood of Campo Grande, located in the West Zone of the city of Rio de Janeiro, associating, through historical research, the political-electoral practices exercised by the doctor Augusto de Vasconcelos during the period of the Old Republic and some traditional politicians who followed him along the political history of the neighborhood with current practices, with their political leaders and "those in power" site.

Keywords: Coronelismo; neocoronelismo; urban clientelism; conservative modernization; power relations.

De acordo com nosso pensamento, as relações políticas vigentes na Zona Oeste e no bairro de Campo Grande guardam semelhanças com os conceitos de coronelismo, conforme Leal (1997) em sua tese clássica, "Coronelismo, Enxada e Voto", ainda que o bairro de Campo Grande, localizado na periferia da cidade do Rio de Janeiro, não configure um ambiente rural, embora em alguns sub-bairros como o Rio da Prata e a Serrinha-Mendanha, estas características ainda possam ser encontradas.

No entanto, politicamente, tal enquadramento cabe perfeitamente pelo fato da existência de um padrão de dominação e liderança política quando das transformações em seu espaço natural e cultural pelas quais o bairro tem passado ao longo das últimas décadas. Surge daí a possibilidade de fugir ao controle do poder central, tendo em vista, inclusive, as tentativas de emancipação política proposta pelos "donos do poder" na região, atualmente com uma visão mais comedida por parte de membros mais tradicionais do bairro, como podemos constatar pelas palavras do ex-administrador do bairro em sua entrevista, ao defender que "é preciso muito cuidado, verificar os custos, quanto à montagem de toda uma estrutura de funcionamento". Tal possibilidade estaria relacionada ao aumento do poder dos mandatários locais que vislumbram seu fortalecimento político ao desgarrar-se das redes do poder central. Por sua vez, o poder central estabelecido não tem interesse na emancipação do bairro que é responsável por uma das maiores arrecadações do município, o que corrobora o pensamento defendido por Leal (1997).

Talvez o fato descrito no parágrafo anterior explique a tolerância e mesmo o apoio, por vezes explícito, e, em outras ocasiões, velado, a determinadas práticas e atitudes daqueles e daquelas que exercem cargos de chefia, liderança ou eletivos. Esta troca de interesses, de apoio nas esferas política e econômica, não ocorre aleatoriamente. Elas fazem parte de um conjunto de relações políticas bem maiores.

Além da já citada obra de Leal (1997), apresentamos os conceitos de coronelismo, clientelismo e mandonismo, estabelecidos por Richard Graham (1997); Maria Isaura Pereira

de Queiroz (1976), por Villaça e Albuquerque (2006), e José Murilo de Carvalho (1995, 2004) já revistos por diversos estudiosos e pesquisadores em pesquisas e textos dedicados à compreensão e classificação de práticas políticas no Brasil (KUSCHNIR, 2000).

Em seguida, abordaremos os conceitos de neocoronelismo ou coronelismo urbano, a partir das proposições de Fábio Wanderley Reis (1971); Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976); Eli Diniz (1982 e 1982); Mario Grynszpan (1990); Karina Kuschnir (2000); Marcelo Burgos (2005), Maria Alice Rezende Carvalho (2000) ; e Gilberto Velho (2007) e Villaça e Albuquerque (2006) e bem como de autoritarismo social (Dagnino, 2004).

1. O coronelismo e as Ciências Sociais

Com certeza, o conceito de coronelismo já foi - e ainda é - bastante empregado para estudar as relações de poder entre dominantes e dominados no que tange às interações entre poder local e poder central, gerando, inclusive, certa confusão conceitual em sua aplicação, conforme apontado por Jose Murilo de Carvalho (1996).

Tomamos como referência Vitor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, (1997) publicado pela primeira vez em 1949, a partir de sua tese para ingressar como professor na Universidade do Distrito Federal, substituindo os professores estrangeiros “que vieram iniciar em bases sérias o ensino das ciências sociais no Brasil” (LEAL, 1997, p. 30).

Leal (1997, p. 40) afirma que o coronelismo “é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

Embora o posto de coronel da Guarda Nacional reportasse ao Império, o coronelismo, no que tange ao poder político, tem seu ápice durante a República Velha e é “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1997, p. 40), configurando um quadro de sobrevida para o coronel sobre seus dependentes, enquanto mantivesse relações de reciprocidade com os governos estadual e federal, na forma de um sistema político baseado, muitas vezes, em ações extraleais. Assim, os votos locais eram oferecidos em troca de apoio político e econômico (LEAL, 1997).

Para Leal (1997), o mandonismo, o *filhotismo*, o falseamento do voto, e a desorganização dos serviços públicos locais eram características secundárias do sistema coronelista, vinculados à relação alimentada pelo poder público em função do regime representativo, com sufrágio amplo, já que em sua visão, o governo necessitava do eleitorado

rural.

Embora a liderança do “coronel” assumia aspecto relevante, de acordo com Leal, nem sempre os chefes políticos municipais eram autênticos coronéis, podendo-se encontrar médicos e advogados entre eles, ainda que fossem parentes ou aliados. Contudo, o autor reitera que o elemento central nesse tipo de liderança é o “coronel”, ao exercer o controle sobre uma considerável quantidade de votos de cabresto (LEAL, 1997).

Além do domínio político e econômico, dos favores pessoais, o “coronel” exercia também funções policiais, com auxílio de empregados, agregados ou capangas, embora ele não esteja livre de alguns percalços, como traições, por exemplo. Esses compromissos tornam extremamente necessários o apoio do Governo Estadual (LEAL, 1997).

Ainda segundo Leal (1997, p. 285) a “decomposição do coronelismo só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária”. Contudo, como essa decomposição não se dá rapidamente nem de forma contínua, além de apresentar contradições, ainda não foi possível uma solução final satisfatória. O autor ainda afirma que o “atraso cívico e cultural” do povo, e especificamente da população rural, seria um dos maiores fatores de impedimento das mudanças políticas no Brasil.

Analisando o clientelismo na política brasileira do século XIX, Graham (1997) aponta que os brasileiros, mesmo criticando o sistema clientelista, querendo crer que o Estado tem como objetivo primordial servir a todas as pessoas de modo igual e impessoal, não foram capazes de combater e romper com tal prática. Sendo assim, participavam do modelo de obtenção e distribuição de favores de forma quase que generalizada.

Segundo o autor, o clientelismo “constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político” (GRAHAM, 1997, p. 15) como também tem suas raízes, no caso brasileiro, ainda na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, na qual, entre outras possibilidades, havia um pedido de clemência para seu genro (GRAHAM, p. 271).

No caso específico de seu estudo, o autor está se referindo à relação entre os interesses dos grupos economicamente privilegiados e o Estado que lhes provia, concluindo que somente mudanças profundas na sociedade brasileira poderiam reduzir drasticamente a maneira de proceder. Contudo, mostra-se pessimista em relação a estas transformações, deduzindo que outros grupos poderiam lançar mão de “antigos instrumentos para exercer sua dominação”, já que a cultura tem vida própria (GRAHAM, 1997, p. 348) e que, através desses instrumentos garantiriam a manutenção de seus privilégios e interesses.

Consideramos relevante considerar que, mesmo a prática clientelista relacionada às

negociações entre os grupos dominantes e o Estado, tais práticas seriam necessárias para a manutenção do poder nas mãos desses mesmos grupos. Seja através da troca de favores (emprego, cargos, vagas em instituições de ensino ou em outros setores) ou outra, fundamental era manter a clientela, ainda que não fosse possível o atendimento completo e integral.

Os estudos de Graham (1997) em relação às formas de controle social exercido pelos grandes proprietários, bem como por todos os membros dos grupos “superiores”, mostram-nos que a prática de premiar a obediência e punir a desobediência era recorrente, lançando mão do uso da força, quando o convencimento e a persuasão não eram suficientes. Principalmente no que diz respeito aos escravos, essa prática era bastante difundida, institucionalizada mesmo entre os senhores, num arranjo que “combinava a disciplina rígida ao transgressor com favores ao dócil e obediente”. O objetivo de tal conduta era o exercício da autoridade.

Percebemos que a forma de exercer o controle social citada no parágrafo anterior pode ser, mesmo que grosseiramente, associada às práticas vigentes atualmente no bairro. Como as vistas imposições aos eleitores de alguns sub-bairros controlados por milicianos em Campo Grande, tal qual, o conjunto de prédios apelidado de “Carandiru”, localizado no sub-bairro Oiticica, onde quem transgride as “normas”, inclusive no âmbito privado, pode receber uma severa punição, conforme relato de um jovem morador dos “prédios”, que, inicialmente ocupado, atualmente teve sua situação regularizada pelo poder público graças à atuação dos “representantes” dos moradores junto às autoridades constituídas.

Outro aspecto salientado pelo autor faz referência à hierarquia existente entre os vários estratos sociais que acabava reforçando a autoridade, garantindo a ordem social. De acordo com o posicionamento político de um membro do Partido Conservador em 1866, o povo brasileiro não teria sido educado para o regime democrático, pois lhe falta disciplina, tornando-se necessário um regime autoritário no sentido de forjar uma nação digna.

Quanto ao comportamento eleitoral, durante o século XIX, eleições, fraudes e violência caminhavam juntas com o objetivo único da busca pela vitória eleitoral que garantisse tornar-se parte do governo, para usufruir das benesses proporcionadas pelas práticas clientelísticas junto aos governos estadual e federal.

O autor demonstra uma visão bastante pessimista em relação à Proclamação e instalação da República, asseverando que seus defensores somente priorizavam o atendimento de seus interesses. Por isso criticavam contundentemente o Império, mas em absoluto pensavam na defesa da coisa pública e, citando o episódio da transferência do genro de

Quintino Bocaiúva, quando este ingressou no Gabinete de 1889, relata o comentário de um político da época de que a República teria nascido com o genrismo.

E se é durante a República Velha que o coronelismo adquire um caráter sistêmico, conforme visto mais acima, o novo regime implantado em 1930, com Getúlio Vargas a frente do governo, não altera substancialmente suas características, já que, ainda segundo o autor, o próprio Vargas seria fruto da rede de coronelismo no Rio Grande do Sul.

Os estudos de Queiroz, originalmente publicados em 1956, seguindo uma linha de análise da Sociologia Política brasileira, consideram que a influência do mandonismo local em épocas sucessivas da vida brasileira devia-se à “permanência da estrutura social do país baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de ‘família grande’” (QUEIROZ, 1976, p. 33). Os chefes seriam os “mandões” locais.

Revisando as pesquisas concernentes ao tema do mandonismo, a autora aponta que ao lado deste, também se desenvolvia um poder central. Se no período colonial este poder central era muito frágil, quase não existindo, durante o Império confunde-se com o mandonismo local exercido pelos bacharéis e somente durante a Primeira República, inicia um processo de independência e autonomia diante do coronelismo. Queiroz (1976) segue analisando historicamente as relações entre o poder central e o mandonismo, citando vários exemplos de como os mandões locais exerciam o poder, tal na organização das bandeiras, organizadas pelos paulistas. Estes, inclusive, após a emancipação da capitania, motivada pelo desenvolvimento de São Paulo, passaram a desdenhar do governo do Rio.

Durante o Segundo Império, não era o imperador que detinha o poder centralizado em suas mãos. O que decorria era a fragmentação desse poder nas mãos dos proprietários rurais e o político era o representante e deveria sempre defender os interesses da população do interior, tornando-se assim um “prolongamento do proprietário rural na cidade e na Cômte” (QUEIROZ, 1976, p. 84).

Bastante contundente ao enfatizar as práticas clientelísticas vigentes na área rural, a autora cita uma lista de serviços que o colono esperava do fazendeiro, elaborada por um deputado, já em 1934.

Queiroz (1976) também aponta a redução da autonomia municipal frente ao Estado durante a República Velha, mas ainda assim, alude que o município, mesmo com uma posição de poder menor, continuava como o centro da política e, dentro dele, a figura do “coronel”.

Segundo a autora, dependendo da dimensão da importância do “coronel”, este se transformava em uma espécie de referência social e econômica em relação ao seu círculo de relações sociais, fossem seus pares ou seus subordinados. Defendia, desta maneira, que o

poder do “coronel” não se limitava apenas ao aspecto político.

Desta forma, o chefe local continuava detendo o poder e o governo estadual não o contrariava, dando-lhe, inclusive “carta branca” para agir, uma vez que necessitava de seu apoio para dar continuidade às suas pretensões políticas. Portanto, o chefe estadual não se intrometia nas questões do município, configurando assim, a organização oligárquica presente durante toda a República Velha. Por outro lado, o “governismo” também foi uma das principais características do período em referência, pois, mesmo que o presidente de estado, (hoje governador) fosse inicialmente contrário a um dos candidatos à Presidência da República, caso este vencesse as eleições, logo o apoiaria. A nível municipal dar-se-ia o mesmo processo.

Na perspectiva de Queiroz, o coronelismo está inserido no contexto constituído pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro, sendo específico e datado porque, embora existente desde o Império, é na República Velha que se manifesta de maneira plena. Desta maneira, a autora conclui que o mandonismo local se apresentou de diversas formas desde a Colônia e pode ser considerado como o “conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil, considerando que o coronelismo é a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República” (QUEIROZ, 1976, p. 172).

Em uma estrutura baseada na relação entre dominantes dotados de variados instrumentos de poder, inclusive o econômico, e dominados, a conquista e obtenção de votos não se restringia apenas à modalidade de barganha. Era comum a opressão, o uso da violência e da crueldade para angariar votos (QUEIROZ, 1976).

Queiroz (1976, p. 29) defende ainda a existência de uma “linha de continuidade interna na nossa política, evidenciada no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos”, uma vez que os fenômenos que surgem adotam formas já conhecidas para incorporar o que já existe.

De acordo com a maioria das análises da época, a autora considera que as limitações de ascensão e a conseqüente exclusão social desses grupos estão relacionadas ao fato de que os mesmos ainda não teriam alcançado uma consciência de classe e, tendo em vista as condições de seu nascimento - desigualdade social, pobreza, exclusão – seriam ainda mais reduzidas às possibilidades de atingir essa consciência de classe. Esta situação, então, favoreceria o individualismo, com os operários e colonos votando, e aí especificamente, falando em termos de representação política, ao lado dos “legítimos representantes do capitalismo”, acreditando que estes defenderiam seus interesses. Como resultado dessa

postura política, coexistiu o coronelismo urbano de origem demagógica ao lado de um coronelismo urbano alicerçado pelos interesses industriais/capitalistas. Um complementando o outro.

Em que pese não vislumbrar a participação popular de forma autônoma, em termos de análise, o contexto favorece a utilização deste referencial teórico e, no caso especificamente de operários e colonos considero de suma importância para esta pesquisa a abordagem feita pela autora, referente ao chamado coronelismo urbano, indicado na introdução da obra em referência, tendo em vista a dificuldade de comprovação deste conceito, sob uma ótica divergente e mais coerente do que a apresentada por Fábio Wanderley Reis (1971) conforme veremos mais adiante.

José Murilo de Carvalho (2004, p. 41) descreve o coronelismo como “a aliança dos chefes políticos locais com os presidentes dos estados e destes com o presidente da República”. Ele argumenta que há vários problemas no que se refere à utilização dos conceitos de coronelismo, mandonismo (que considera o menos polêmico) e clientelismo no que diz respeito ao debate sobre a questão da existência da dominação, que não tem como ser negada, pois é evidente. Para Carvalho (1996), fundamental é descobrir e revelar a natureza dessa dominação.

Na análise de Carvalho (1996), coronelismo e clientelismo não se confundem. Ao rebater a crítica de Paul Cammack (1979) à interpretação de Leal no que se refere à importância do voto, relega este a um plano secundário, afirmando que bastava o apoio tácito, que não houvesse rebelião para manter um mínimo de estabilidade do sistema.

José Murilo de Carvalho (1996) discorre principalmente sobre as críticas feitas ao conteúdo de *Coronelismo, Enxada e Voto* (1997), refutando algumas e complementando outras, porém reafirmando a importância da obra para o pensamento social e político brasileiro. Também dissecou e explica cada uma das contendas científicas que vão se sucedendo em relação aos conceitos de patriarcalismo, patrimonialismo e feudalismo, bem como as vinculações que se apresentam.

Quanto à dominação, Carvalho (1995) questiona se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo.

Já em 2004, analisando a questão do exercício da cidadania no Brasil, o mesmo autor, partindo do processo da conquista de direitos, inserido no contexto de fenômeno histórico, segundo a teoria de Marshall, em relação à sequência na assimilação desses direitos. O cidadão pleno seria aquele que usufruísse dos direitos civis, políticos e sociais e o que, por ventura não desfrutasse de nenhum desses direitos, poderia ser chamado de “não-cidadão” (CARVALHO, 2004, p. 9).

José Murilo de Carvalho analisa os problemas que afetam e dificultam o exercício da cidadania pela grande maioria da população brasileira do ponto de vista da conquista dos direitos citados no parágrafo anterior.

Ao perfazer sua análise histórica, conclui que há uma precariedade enorme no tocante aos direitos civis e políticos, que, segundo o autor, as melhorias só se tornaram possíveis “por meio de aliança com o Estado, por meio do contato direto com os poderes públicos” (CARVALHO, 2004, p. 61), em processo denominado pelo autor de “estadania” (idem). Quanto aos direitos sociais, sua precariedade é ainda mais acirrada. Acreditamos ter sido de enorme valia para esta pesquisa, este eixo de interpretação utilizado pelo autor para tentar entender, sem responsabilizar e culpabilizar a população pobre deste país pela sua pobreza, tendo em vista variadas interpretações neste último sentido.

De acordo com os autores acima citados e estabelecendo o vínculo para ratificar o objeto de estudo desta pesquisa, José Murilo reitera a existência e a manutenção da grande propriedade como um dos maiores obstáculos à conquista e expansão da cidadania em nosso país, inclusive aludindo à presença do “grande proprietário e coronel político em regiões recém-colonizadas do norte e centro-oeste do país” (CARVALHO, 2004, p. 53-54).

Mais especificadamente no que se refere à análise sobre o ato de votar, o antropólogo Moacir Palmeira, no artigo “Política, facções e voto” (1996), identifica a relação entre a lealdade política e o voto, estabelecida de acordo com a premissa do “compromisso pessoal, como favores devidos a uma determinada pessoa” (PALMEIRA, 1996, p. 47).

Ao abordar a temática da compra de votos ou da troca de votos, Moacir Palmeira apresenta as interpretações sobre essa prática, sinalizando que ela é comumente utilizada pelas mais diversas facções políticas. Contudo, há nuances associadas ao processo, comparando e validando determinadas atitudes concernentes a “compra do voto”.

Em função das transformações vivenciadas pela sociedade brasileira e seus desdobramentos sociais e econômicos, com a vinda de grandes grupos de trabalhadores/as rurais para as periferias das cidades, houve aumento da demanda junto às prefeituras e

também aos políticos dos municípios. Estas novas condições fizeram com que os compromissos ficassem mais “estritamente eleitorais” (PALMEIRA, 1996, p. 51).

Importante contribuição para o debate a respeito das práticas políticas clientelistas, troca de favores e relações de dependência pessoal existentes na sociedade brasileira é oferecida por Marcos Otávio Bezerra (1999), ao analisar o funcionamento da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, durante os anos 90, do século XX.

O texto permite uma excelente reflexão ao relatar a atuação parlamentar de deputados e senadores em Brasília, mas que, não podem, de maneira alguma, relegar a segundo plano os vínculos com suas bases eleitorais, sob o risco de não terem seu mandato renovado em uma próxima eleição. Ou seja, por tudo o que já vimos neste primeiro capítulo, ainda são muito presentes na política brasileira, determinadas práticas que para alguns estão relacionadas ao tradicional, ao atraso e por outros a uma espécie de complemento, para esclarecer determinadas lacunas não totalmente explicadas.

Embora com a finalidade de identificar as atividades dos parlamentares junto à citada Comissão, o autor acaba por fornecer dados importantes e significativos sobre as práticas políticas cotidianas desses parlamentares. Deputados e senadores devem organizar suas tarefas de acordo com a necessidade de atendimento aos pedidos oriundos de suas bases eleitorais, principalmente no tocante à liberação de verbas federais. Para tal empreitada, os assessores hierarquizam os pedidos conforme o grau de importância, segundo critérios pré-definidos junto aos parlamentares.

Referindo-se aos trabalhos científicos alusivos ao clientelismo e à patronagem, Bezerra (1999) pondera que a maioria se limita aos aspectos econômicos, desprezando aspectos muito importantes, em sua opinião, como o prestígio, poder e gentileza. Tal procedimento impede uma visão mais abrangente e completa daqueles fenômenos.

A tese defendida pelo autor tem como pressupostos a ideia de patronagem desenvolvida por J. Davis para as sociedades mediterrâneas, de que “toda representação política se ocupa do controle e uso do poder” (J. Davis, 1983, p. 134 apud Bezerra, 1999). Três modos de representação: a reivindicação de direitos, a luta de classes e a patronagem adquirem um estatuto sociológico, e é possível a convivência entre dois deles ao mesmo tempo. Dentro dessa ótica, poderia ser mais fácil conseguir um emprego a partir das relações de patronagem do que exigir o cumprimento de direitos ou de uma greve.

Considerando a patronagem e o clientelismo como relações dotadas de certa autonomia e racionalidade (Briquet, 1995 apud Bezerra, 1999), o autor define ser pertinente e coerente pensar nas “trocas de serviços, favores, apoios, votos e lealdades entre

parlamentares, lideranças políticas locais e autoridades governamentais” como relações que constituem o universo político. Essas relações não mais seriam vistas como resquícios do passado ou atenuantes das relações vigentes no presente.

Ainda inserido no contexto da análise da patronagem, há o artigo de Mario Grynszpan (1990) sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, político cuja história virou quase uma lenda na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Duque de Caxias.

Indica o autor que a patronagem geralmente está associada às relações de troca de favores, acesso a bens, serviços, entre outras características a partir de uma relação assimétrica, ou seja, verticalizada e hierarquizada. Mesmo que possua um caráter de informalidade, ela se desenvolve com base em regras e obrigações interpessoais.

A leitura do texto caminha praticamente na direção do texto de Marcos Otávio Bezerra, no que diz respeito a uma datação histórica com tendência a desaparecer quando de uma sociedade e um Estado moderno, eficiente e com base em critérios de impessoalidade. A contínua procura pelo estudo do tema da patronagem por parte de uma quantidade cada vez maior de cientistas sociais levou Mario Grynszpan (1990) a fazer sua própria investigação, abordando a trajetória individual de Tenório Cavalcanti, líder político quase folclórico da Baixada Fluminense, que durante muitos anos povoou o imaginário dos habitantes daquela região, seja pela atuação política junto aos seus amigos e dependentes ou pelo uso da violência para solucionar conflitos de diversos matizes contra seus inimigos.

Grynszpan (1990) em seu estudo assevera que a patronagem tem o poder de propiciar o deslocamento de pessoas no espaço social, desenhando um quadro em que ocorre o reforço da personalidade, do endividamento e da subordinação, criando uma teia de relações em que tudo pode ser feito pelos amigos, mas para os inimigos só resta à frieza das regras impessoais e a lei, que pode ser manipulada de acordo com os interesses e a ocasião. E para o autor, é a ambiguidade destas relações que permite entender a “convivência de práticas díspares como a da violência, do favorecimento, do empreguismo e do nepotismo, por um lado e, por outro, do direito, do combate ao arbítrio e da luta por demandas coletivas” (GRYNSZPAN, 1990, p. 25).

O autor considera que o sucesso e a duração da patronagem estão relacionados à sua capacidade de operar uma variedade de códigos e idiomas, baseada na versatilidade, na flexibilidade ao se defrontar com diferentes contextos. Ressalta ainda, que estudar as trajetórias individuais “pode ser de grande importância heurística” (GRYNSZPAN, 1990, p. 24), pois permite reflexão sobre processos sociais mais amplos.

Grynszpan nos informa que a patronagem no caso do Brasil, tem sido analisada pelo viés do clientelismo, com ênfase maior no coronelismo, durante a Primeira República e posteriormente, ao tema das máquinas políticas, no caso do Rio de Janeiro, ao estudar o chaguismo.

O estudo de trajetórias individuais, sinalizado por Grynszpan (1990, p. 3) permite “avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações”.

Grynszpan apresenta as características pessoais e políticas de Tenório, suas estratégias e práticas de atuação, relacionadas à astúcia, à negociação, à troca de favores, às relações estruturadas e mantidas nos mais variados níveis. Quando necessário, e não foram poucas vezes, recorria ao uso inadvertidamente da violência para alcançar seus objetivos e destruir os que por algum motivo, atrapalhassem seus planos. Mesmo atuando ao lado de grupos politicamente conservadores e tendo contribuído com o poder estabelecido, durante o regime militar foi perseguido e execrado politicamente.

Tenório Cavalcanti simbolizou e atestou de maneira singular as formas de dominação e controle social em relação aos métodos utilizados para efetivar esse referido controle.

Acreditamos que as análises apresentadas sejam suficientes para explicar e compreender o universo complexo, algumas vezes confuso, contraditório que configuram o quadro político brasileiro desde a chegada do elemento colonizador, em 1500, passando pelo período colonial (até 1822) com o poder estabelecido praticamente nas mãos dos proprietários de terra.

Apesar das tentativas do governo de Portugal em efetivar um controle maior sobre a colônia, os senhores de terras e de escravos exerciam o poder de fato, o que suscitou, na visão do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (1996) uma confusão conceitual diante de algumas interpretações que defendem a ocorrência do feudalismo no Brasil.

Durante o Período Regencial (1831-1840) é criada a Guarda Nacional, apontado como o fato gerador do coronelismo, tendo em vista a distribuição/compra das patentes pelos proprietários de terras, dependendo, é claro, de seu poder material e prestígio político em sua região.

Durante o Segundo Império (1840-1889), houve certa tendência em afirmar uma centralização maior do poder nas mãos do imperador. Entretanto, uma análise mais apurada do período indica que os bacharéis estabelecidos no poder, representavam os interesses dos proprietários de terra. Porém, de qualquer maneira essa centralização avançou.

Durante a República Velha (1889-1930), podemos verificar o ápice do coronelismo, mas também o aumento do poder central, estabelecida uma relação de dependência que envolvia todas as esferas de poder. Coronelismo, Política dos governadores e Política do café-com-leite. Eis o tripé que sustentou o poder das oligarquias durante o período.

E depois? O processo de modernização conseguiu eliminar o coronelismo e as práticas clientelísticas vigentes na sociedade brasileira? Concluimos que os estudos apresentados acima remetem a uma resposta negativa a esse questionamento. Aliás, cabe aqui uma pergunta: há interesse da parte dos proprietários de terra e do agronegócio em acabar com o coronelismo?

Encerro este tópico com um fragmento de texto do livro “Identidade e luta de classes”, de Ademar Bogo, na crença de que um mundo melhor é possível e que a luta não terá sido em vão!

“A conquista da terra como causa inicial é também a busca da liberdade, do direito a receber visitas em horários supostamente de trabalho, mas acima de tudo é o princípio da luta pela emancipação, em que a liberdade nada mais é do que cumprir bem a função social individual e coletivamente” (BOGO, 2008, p. 149).

Até aqui, em sua grande maioria, as práticas estudadas referiram-se ao mundo rural, agrário. E na configuração do novo país? Industrialização; modernização, urbanização. Feitas estas indagações, as análises se voltam para um tipo de coronelismo existente nas cidades, com práticas supostamente ligadas ao mundo rural, rotulado como atrasado. Clientelismo ou coronelismo urbano, neocoronelismo, autoritarismo social, cidade escassa, inserção precária.

2. O coronelismo urbano (neocoronelismo)

Como tivemos a oportunidade de perceber, o auge do coronelismo estaria relacionado a um processo de modernização da sociedade brasileira, com o advento da República e do Estado federativo, politicamente, e, economicamente, a um período correspondente à decadência dos fazendeiros (CARVALHO, 1996). Contudo, estes aspectos fazem alusão ao meio rural, considerado como sinônimo de “atraso”, uma vez que não dispõe das mesmas condições existentes nos centros urbanos.

Mas ultimamente, o crescimento das populações que vivem em centros urbanos assume proporções gigantescas. No Brasil, por exemplo, inverteu-se a relação urbano-rural (VELHO, 2007) e tornou-se de vital importância compreender este novo quadro que ora se configura na sociedade brasileira.

Segundo as análises realizadas, de certa forma, criou-se a expectativa de que o processo de urbanização eliminasse as práticas clientelistas da política brasileira, associadas, segundo alguns autores e mesmo conforme uma impressão generalizada em termos de opinião pública, ao já citado “atraso” do meio rural. Mas elas permaneceram e ainda fazem parte do cotidiano político de nosso país.

Sendo assim, veremos neste tópico algumas teorias criadas para explicar a permanência dessas práticas clientelistas após o desenrolar de urbanização, da industrialização, enfim, de modernização.

Fábio Wanderley Reis (1971) credita o papel das lideranças políticas pessoais em Belo Horizonte, onde sua pesquisa foi realizada, a uma prévia situação sócio-econômica privilegiada do migrante em seu local de origem e à manutenção desta condição no centro urbano, de modo a exercerem certa ascendência e influência política sobre os menos favorecidos. Ele chamou tal fenômeno de *neocoronelismo*² urbano, concebido na dicotomia entre o tradicional e o moderno.

Acreditamos que, embora tenha sido um dos precursores na apropriação de tal nomenclatura e por isso está aqui citada, a justificativa proposta fica muito limitada e não nos permite maior abrangência em sua análise.

Ao pesquisar o fenômeno político do chaguismo e suas formas de atuação no estado do Rio de Janeiro, Diniz (1982a, p. 223), por sua vez, salienta que:

Ao contrário do que sugerem as premissas implícitas na literatura sobre modernização e desenvolvimento social, os processos de industrialização e urbanização, com a conseqüente propagação de efeitos modernizantes, não são incompatíveis com o desenvolvimento de práticas clientelistas.

Segundo a autora, o que vai permitir ou não essa coexistência, ou até mesmo provocar a expansão do clientelismo, é o grau de organização da sociedade, mesmo que haja índices altos de urbanização. Se a sociedade é pouco organizada, fortalece tendências atomizadoras, proporcionando tal associação. Essa possibilidade torna necessário rever e tratar o debate sobre o suposto contraste voto urbano-voto rural de forma mais abrangente.

Comprovando sua tese, Diniz evidencia o êxito eleitoral das máquinas chaguista e malufista, no contexto do regime militar instaurado em 1964, indicando o surgimento de um “clientelismo de novo tipo - um clientelismo urbano” (DINIZ, 1982b, p. 22), no Rio de Janeiro e em São Paulo, com incrível capacidade de se expandir no contexto complexo e diferenciado do meio urbano.

² Grifo do autor.

Explicitamente abordando as votações expressivas obtidas pelo MDB carioca durante o regime militar, Diniz (1982a, p. 219) aponta que, “a identificação com uma dada legenda partidária e voto clientelista não são dimensões antagônicas do comportamento eleitoral”. Portanto, mesmo que a máquina política chaguista, no caso do Rio de Janeiro, atuasse no sentido de eleger seus representantes, havia outra perspectiva que levava os eleitores a votar nos candidatos do MDB, identificada como voto ideológico.

Conforme o pensamento da autora (1982b, p. 24), “a diversidade de táticas estava, portanto, associada a uma estratégia de conquista e ampliação de espaço na política local”. Delineava-se assim uma interpretação que se aproximaria do coronelismo urbano.

Cabe aqui uma ressalva quanto às diversas tendências políticas atuantes no interior daquele partido, dentro dos limites constitucionais estabelecidos, tendo em vista o quadro político da época, onde o MDB representava, para alguns quadros políticos, a única possibilidade, real ou não, de oposição ao regime implantado em 1964 no Brasil.

Analisando os casos de quatro coronéis nordestinos e sua atuação no período que se estende de 1930 a 1964, portanto, após o auge do coronelismo, Vilaça e Albuquerque (2006) definem que os referidos coronéis se apropriaram e utilizaram algumas inovações, como o rádio, por exemplo, para estender e manter seus domínios. Contudo, não abriam mão do uso de violência para tal empreitada, o que pode ser considerado de grande importância para este trabalho dissertativo, como veremos mais à frente.

Apesar da visão dualista dos autores no que concerne à dominação exercida pelos coronéis, ou seja, a aceitação diante do mandonismo seria consequência do atraso e da falta de informação da população rural, motivada pelo seu próprio desinteresse e pelas condições a que estão submetidos. A pesquisa compreende a atuação dos coronéis Chico Romão, Zé Abílio, Chico Heráclito e Veremundo no interior de Pernambuco, demonstrando de maneira clara o ordenamento social, político e econômico estabelecido por esses quatro mandões e suas relações com os partidos da época, como a UDN e o PSD.

Conforme nos mostram os autores, os quatro coronéis tinham uma relação muito próxima junto aos caciques dos dois partidos e eram consultados, exceto em fase de claro e acentuado declínio político. Troca de favores, os mais diversos, exercício exacerbado de poder, enfim, práticas clientelísticas e disputas eleitorais configuravam suas trajetórias. Para além do período considerado como a datação histórica do coronelismo, o que por si só, reafirma a complexidade das relações de poder que vigoraram e, quiçá, ainda vigoram no país, uma vez que, dialeticamente, ao recorrerem às inovações tecnológicas, as contradições geradas por estas contribuíram para seu declínio.

Acreditamos que seria procedente e útil a este trabalho, inserirmos o livro organizado por Jorge Ferreira “O populismo e sua história” no ano de 2010, no que tange, primeiramente às práticas adotadas na vida política brasileira, a partir de determinado período, associando o populismo ao compromisso, também presente nas análises anteriores.

Em seguida, os autores afirmam que o termo populismo, da maneira que passou a ser utilizado, nem existia antes de 1945. Elaboram, através dos textos apresentados, uma crítica contundente aos autores que simplesmente responsabilizam trabalhadores e trabalhadoras por uma possível e fácil manipulação vivenciada por este grupo social. Na visão dos autores, os estudos seriam incompletos e imprecisos, desprezando conceitos importantes para o melhor entendimento das razões de seu funcionamento, já que vislumbram os trabalhadores apenas como objeto da história, como se não tivessem condições de seu papel na sociedade.

Ainda no campo da relação entre cidadania e questão urbana brasileira, uma abordagem mais recente elaborada por Burgos (2005), que parte da tríade cidade/território/cidadania. Ele entende a cidade como uma agregação de territórios atomizados (microcosmos) e a territorialização da cidade como algo que limita o potencial político da participação popular tão importante para a democracia, de modo que se impede que uma parte da população possa exercer seus direitos de forma igualitária se comparada ao restante da população que tem acesso à cidade, portanto, considerada cidadã. Sua análise utiliza os conceitos de “controle negociado” e de “cidade escassa” para tratar da questão da integração social.

Para pensar a história da cultura política das cidades brasileiras, Burgos (2005), em seu artigo “Cidade, Territórios e Cidadania”, utiliza os conceitos de “controle negociado” de Machado da Silva (2002) e de “cidade escassa” de Carvalho (2000). Burgos enfatiza que o argumento da questão da integração social permite um estatuto mais universal para atingir os objetivos de tal empreitada. Conforme Burgos (2005, p. 193):

O conceito de “controle negociado” foi formulado a partir da crítica ao clientelismo e ao assistencialismo, desnudando as contradições inerentes a um certo padrão de integração social que acompanhou a reestruturação das principais cidades brasileiras no contexto da modernização das relações de produção, que começa a ocorrer a partir dos anos 40.

Este conceito revela com clareza “o padrão historicamente desenvolvido de articulação entre cidade e territórios, desde quando começam a se fazer sentir os efeitos do processo de modernização das relações de produção” (BURGOS, 2005, p. 195) Também os fluxos migratórios na direção dos territórios fazem parte deste processo de reestruturação, pois altera

o padrão de sociabilidade, impulsionando a mudança de um padrão de integração social baseado em interações de tipo face a face para um padrão mais impessoal estabelecido em frágeis identidades coletivas territoriais.

Para corroborar sua tese, o autor recorre ainda, aos argumentos de Diniz (1982a), no sentido do uso da máquina política, como sendo uma organização fortemente hierarquizada onde os políticos do Legislativo atuavam como uma espécie de ponte entre o Executivo e os líderes comunitários em que baseavam suas relações políticas. Estes últimos acabavam transformando-se nas vias de acesso no que diz respeito a um possível atendimento das carências da população do território, que se comprometia a votar naquele determinado candidato. Estabelecia-se, assim um sistema que se definia pela troca de favores e pela lealdade. De acordo com o autor, Diniz descreve essas relações assimétricas por suas características, como uma espécie de coronelismo urbano.

Indicativo desse padrão clientelista voltado para os territórios, no passado, foi a “política da bica d’água”, exemplo de acesso à cidade em troca de uma condição subalterna. Atualmente, as práticas clientelistas continuam a prevalecer nas relações entre os territórios e a cidade, embora não mais de forma hierarquizada, não cabendo mais o conceito de “controle negociado” (BURGOS, 2005).

Contudo, Burgos considera que essas práticas clientelistas passaram por mudanças, seja pelo aumento da percepção dos eleitores dos territórios em alcançar benefícios maiores ou pela ampliação do acesso aos equipamentos urbanos, mas as práticas clientelistas continuam vigindo e regendo as relações de poder no Rio de Janeiro.

O conceito de “cidade escassa”, ainda segundo ele, se torna mais apropriado para fazer uma leitura atual do quadro das relações entre os territórios e a cidade, tendo em vista a pouca capacidade do Estado e da sociedade em universalizar regras e valores que possam ser compartilhados no espaço público, reduzindo em excesso o espaço da *polis*, imperando o dualismo entre ordem e liberdade, isto é, a negação da participação na vida pública (BURGOS, 2005).

O autor ainda faz uma série de considerações sobre o papel da mídia no sentido da espetacularização dos conflitos, confundindo e obstaculizando uma leitura crítica dos fatos, reproduzindo uma lógica que segrega ainda mais os territórios.

Quanto à religião, Burgos (2005) aponta as diferenças entre a doutrina católica e a doutrina protestante do segmento pentecostal, apontando aspectos positivos e negativos de ambos os lados, mas considerando que os protestantes levam certa vantagem em função de

sua doutrina mais individualista, voltada para a igualdade, a mobilidade social e o empreendedorismo, que depreende também uma determinada lógica voltada para o mercado.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de “cidade escassa” demanda, de um lado explicar os modelos de vida urbana na atualidade, onde a fragmentação e a violência são marcantes, mas, também indicar, criticamente, as relações entre igualdade e liberdade em relação à população que habita os territórios.

Carvalho (2000, p. 55) apresenta como cidade escassa, “a cidade que se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre os seus habitantes”, aludindo ao tema clássico de Hobbes (“a guerra de todos contra todos”), sob a égide do contratualismo.

Fazendo uma abordagem sobre a violência nas grandes cidades brasileiras, especificamente no Rio de Janeiro, a socióloga e professora Maria Alice Rezende de Carvalho associa o conceito de “cidade escassa” a um Estado com baixa legitimação da autoridade política, que não cumpre com suas obrigações, além de dotado por um “privatismo congênito” (CARVALHO, 2000, p. 55).

Para ela, a organização social acontece de maneira fragmentada em seus juízos e a violência se dá como uma forma de sedição.

Historicamente, a autora apresenta dois exemplos distintos que contribuíram para justificar o atual quadro de relações sócio-políticas do Rio de Janeiro. O primeiro deles seria o período posterior à chegada da Família Real Portuguesa (1808) e a Primeira República (1889-1930), em que se deu a separação, a fragmentação, em que não houve a participação de toda a cidade. No outro, a tutela exercida pelo Estado sobre os trabalhadores durante a Era Vargas, período que se estende de 1930 a 1945.

A perspectiva de um ambiente pacífico e promissor somente ocorreria quando os ideais de solidariedade social e os princípios de cooperação política alcançassem toda a sociedade e a maioria da população se reconhecesse como parte de uma trajetória coletiva. Quando acontece o contrário, “a cidade se torna objeto da apropriação privatista, da predação e da rapinagem” (CARVALHO, 2000, p. 56).

As considerações de Gilberto Velho (2007, p. 19) sobre as metrópoles brasileiras, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, indicam a “persistência da importância das relações pessoais em geral, e do clientelismo e dos desdobramentos do coronelismo em novas roupagens” e que marcam de maneira indelével sua vida político-econômica.

Essa situação deve-se à inexistência de “mecanismos e padrões democráticos, associados à cidadania” (VELHO, 2007, p. 19). Além disso, as práticas clientelísticas combinadas com o burocratismo de longa data vigente no país, “produz um sistema em que a

ineficácia e a corrupção” crescem sem restrições. Tal proposição estaria relacionada à questão das falhas históricas no processo de condução e efetivação das políticas públicas, advindas desde os tempos da colonização associada aos períodos de autoritarismo que marcaram a trajetória do país.

Sendo assim, a combinação citada acima afetou profundamente a cidade do Rio de Janeiro. A cidade não foge à regra em relação aos enormes problemas concernentes à sociedade brasileira. Desigualdade, violência, falência dos serviços públicos, desorganização urbana, fazem parte deste quadro. Entretanto, para o autor, a pobreza e a desigualdade são insuficientes para explicar todo esse processo de criminalidade violenta. Dando continuidade ao seu pensamento, ele indica que a inserção no mundo do crime é a via de acesso mais rápida ao paraíso do consumo de bens materiais e simbólicos (artigos de grife) e também de demonstração de poder junto a suas comunidades.

Relacionando com as pretensões da pesquisa, em uma conversa informal, obtive a informação de que “foi o único emprego que arranjei e tenho que comprar minhas coisas” fornecida por Diogo, 23 anos, trabalhando atualmente para o grupo que “cuida da segurança” do sub-bairro Belclima. Vale ressaltar que este grupo é liderado por um policial militar e que a deputada Lucinha e seu filho, o vereador Júnior da Lucinha, moram no bairro.

Buscando ainda esclarecer a existência dos padrões clientelísticos na realidade brasileira, Dagnino (2004), analisando a questão da cultura democrática no Brasil e na América Latina, assinala que aspectos como a desigualdade econômica, a miséria e a fome são os mais visíveis. Contudo estão inseridas em um “ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais”, denominado de *autoritarismo social*.

Segundo a autora, esse autoritarismo encontra-se enraizado na cultura brasileira, baseado nos critérios de classe, raça e gênero, classificando e distinguindo pessoas de acordo com os lugares que ocupam na sociedade e que podemos vivenciar em nosso cotidiano, como, por exemplo, na determinação de entrada pelo elevador de serviço. Disseminado em uma cultura autoritária e de exclusão, esse autoritarismo se faz presente no:

“conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas” (DAGNINO, 2004, p. 105).

Finalizo este tópico com a resposta de Karina Kuschnir (2000, p. 140) ao questionamento feito por José Murilo de Carvalho sobre a natureza da dominação existente no Brasil, a qual, segundo ela, pode responder às indagações sobre a persistência das práticas clientelistas nos centros urbanos brasileiros: “a natureza da dominação no Brasil, assim como na América Latina, tem se caracterizado pelo papel do Estado como um distribuidor de recursos e bens públicos em troca de votos e apoio.” Para ela, o clientelismo urbano configura o estágio atual do desenvolvimento político brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*; Rio de Janeiro, Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política; 1999.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. In *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

CAMMACK, Paul. O “Coronelismo e o “Compromisso coronelista”: uma crítica; *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Nº 5, março/1979, UFMG.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, 5ª ed.- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In CARVALHO, José Murilo de. *Rev. Pontos e bordados*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo; Companhia das letras; 1987

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

_____. Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma? In: *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, nov/1982.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1997.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti, Rio de Janeiro, FVG, *CPDOC*, 1º semestre de 1990.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*, Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *O cotidiano da política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 3ª Ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio (org.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Fábio Wanderley. Participacion, Movilizacion e Influencia Política: “neocoronelismo” em Brasil, Santiago, Chile, In *Revista Latinoamericana de Ciência Política*, 1971, publicada por Escuela Latinoamericana de Ciência política y Administración Pública de la FLACSO.

VELHO, Gilberto. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006